

**HABEAS CORPUS Nº 554.092 - SP (2019/0383700-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : FLAVIA MAGALHAES ARTILHEIRO  
**ADVOGADO** : FLAVIA MAGALHÃES ARTILHEIRO - SP247025  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : PAULO ROBERTO DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de PAULO ROBERTO DA SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o paciente foi denunciado e absolvido pelo Tribunal do Júri da prática do crime de homicídio qualificado tentado.

Irresignado, O Ministério Público interpôs apelação perante o Tribunal de origem, o qual deu provimento ao recurso em acórdão assim ementado:

*APELAÇÃO CRIMINAL – TRIBUNAL DO JÚRI – TENTATIVA DE HOMICÍDIO E FORMAÇÃO DE QUADRILHA OU BANDO – SENTENÇA ABSOLUTÓRIA – PRELIMINAR DE INOBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NO ART. 479 DO CÓD. DE PROC. PENAL REJEITADA – DECISÃO DO CONSELHO DE SENTENÇA MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA ENCADERNADA NO PROCESSO – OCORRÊNCIA – RECURSO MINISTERIAL PROVIDO, COM ANULAÇÃO DO VEREDITO E DETERMINAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE NOVO JULGAMENTO (fl. 49).*

No presente *writ*, sustenta que a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo é ilegal face o princípio da soberania dos vereditos.

Requer, assim, a anulação do julgamento da apelação.

Liminar indeferida às fls. 153/154.

Informações prestadas às fls. 157/335.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento da impetração, conforme parecer de fls. 338/341.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal – STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça – STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal que justifique a concessão da ordem de ofício.

O Tribunal de origem afirmou que o decidido pelo Tribunal do Júri estava em desarmonia com os elementos de prova carreados aos autos mediante a seguinte fundamentação:

*Com efeito, ao responderem positivamente aos quesitos relativos à materialidade dos crimes e à autoria dos apelados, os Senhores Jurados acabaram por reconhecer que PAULO e FRANCISCO, agindo com dolo de matar, desferiram disparos de arma de fogo contra as vítimas, produzindo-lhes, em consequência, ferimentos diversos (fls. 4450/4459).*

*Apesar disso, em relação ao quesito que diz respeito à absolvição (“O jurado absolve o réu?”), também responderam positivamente, contrariando, com isso, a lógica, a razoabilidade e a prova dos autos, como sustentado pelo ilustre apelante.*

*A propósito, ninguém desconhece que é lícito ao Corpo de Júri optar por uma das versões, numa interpretação razoável da instrução. Entrementes, deve o Conselho de Sentença sopesar a prova recolhida à luz da razoabilidade, com lógica, de modo a deduzir razoável interpretação dos fatos, e não decidindo de maneira absolutamente contraditória, como fez na hipótese vertente.*

*Não se perca de vista o precedente: “a soberania do Júri não se traduz no arbítrio irresponsável dos jurados. É certo que não fundamentam sua decisão. Mas esta deve se circunscrever à prova dos autos. Se avulta a prova em sentido contrário, força é concluir que a decisão contrariou a evidência e outra alternativa não há senão que novo julgamento se realize” (RT 609/323).*

*Nas circunstâncias, considerando que a tese única das Defesas foi a de negativa de autoria dos seus clientes, o veredicto não pode ser sustentado porque a decisão do Tribunal do Júri veio a ser exercida sem disciplina intelectual, afigurando-se contrária à prova produzida. E voltando à hipótese sub judice, parece claro que o Conselho de Sentença, ao absolver sem justificativa alguma discernível, lançou mão de entendimento que se apartou da prova. O Corpo do Júri tem o dever de sopesar a prova à luz da razoabilidade, lógica, procedendo, destarte, razoável interpretação dos fatos, coisa que inexistiu na hipótese vertente.*

*Nesse sentido: “(...) 2. As decisões proferidas pelo conselho de sentença não são irrecorríveis ou imutáveis, podendo o Tribunal ad quem, nos termos do art. 593, III, d, do CPP, quando*

*verificar a existência de decisão manifestamente contrária às provas dos autos, cassar a decisão proferida, uma única vez, determinando a realização de novo julgamento, sendo vedada, todavia, a análise do mérito da demanda.*

*3. A absolvição do réu pelos jurados, com base no art. 483, III, do CPP, ainda que por clemência, não constitui decisão absoluta e irrevogável, podendo o Tribunal cassar tal decisão quando ficar demonstrada a total dissociação da conclusão dos jurados com as provas apresentadas em plenário. Assim, resta plenamente possível o controle excepcional da decisão absolutória do Júri, com o fim de evitar arbitrariedades e em observância ao duplo grau de jurisdição. Entender em sentido contrário exigiria a aceitação de que o conselho de sentença disporia de poder absoluto e peremptório quanto à absolvição do acusado, o que, ao meu ver não foi o objetivo do legislador ao introduzir a obrigatoriedade do quesito absolutório genérico, previsto no art. 483, III, do CPP.” (STJ, HABEAS CORPUS Nº 313.251 RJ, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, Julg. em 28/2/2018).*

*De fato, apesar da “soberania dos veredictos” encontrar guarida constitucional (artigo 5º, inciso XXXVIII, alínea “c”, da Constituição Federal), deve sempre existir uma conformidade mínima entre a decisão dos jurados e a prova existente (TJSP, Apelação nº 3006136-25.2013.8.26.0157, Rel. Des. Ivana David, julg. em 14/11/2017), o que não ocorre.*

*A este teor, sugere-se a anulação do julgamento, pelo mérito, na forma pretendida pelo Ministério Público, para que a outro sejam submetidos os réus. Nesse sentido, colhem-se os precedentes seguintes: Apelação nº 90000453820128260224, voto nº 31439, e Apelação nº 0000465-15.2016.8.26.0142, voto nº 41907 (fls. 48/55).*

O Princípio da Soberania dos Veredictos do Tribunal do Júri não é absoluto, devendo ser entendido em conjunto com a busca da verdade real e o duplo grau de jurisdição, que inspiram a regra contida no art. 593, inciso III, alínea *d*, do Código de Processo Penal.

A possibilidade de recurso ao Tribunal de Justiça quando a decisão dos jurados for manifestamente contrária a prova dos autos, bem como a fundamentada decisão pela anulação do julgamento em primeira instância é, há muito, de reconhecida constitucionalidade.

No caso em análise, como visto, o Tribunal de origem afirmou que a conduta do paciente não comportaria a absolvição operada pelo conselho de sentença, uma vez que foi respondida positivamente os quesitos relacionados à autoria e materialidade do delito.

Com efeito, afastar as conclusões do Tribunal de origem sobre a contrariedade do julgado com a prova dos autos demandaria, necessariamente, rever todos os elementos de prova carreados nos autos do processo crime, procedimento vedado na via estreita do *habeas corpus*. Nesse sentido:

*AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO HABEAS CORPUS. TRIBUNAL DO JÚRI. ABSOLVIÇÃO POR NEGATIVA DE AUTORIA. RECURSO MINISTERIAL PROVIDO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SOBERANIA DOS VEREDICTOS. ENTENDIMENTO PACIFICADO PELA 3ª SEÇÃO/STJ. CONTRARIEDADE À PROVA DOS AUTOS RECONHECIDA PELA CORTE LOCAL. REVISÃO QUE DEMANDA REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. PROVIDÊNCIA INVIÁVEL EM HABEAS CORPUS. NÃO ENFRENTAMENTO DAS TESES DEFENSIVAS APRESENTADAS EM SEDE DE CONTRARRAZÕES. NÃO OBRIGATORIEDADE. AGRAVO IMPROVIDO.*

1. A Terceira Seção do STJ firmou o entendimento de que a anulação da decisão absolutória do Conselho de Sentença, manifestamente contrária à prova dos autos, segundo o Tribunal de Justiça, por ocasião do exame do recurso de apelação interposto pelo Ministério Público (art. 593, III, "d", do CPP), não viola a soberania dos veredictos.

2. Na hipótese, o Tribunal de origem, soberano na análise fático-probatória, concluiu pela contrariedade da decisão dos jurados às provas dos autos, com base em percuciente apreciação probatória, feita a partir de provas periciais e testemunhais, de modo que, para afastar a decisão proferida no acórdão ora impugnado, seria necessária a realização de nova dilação probatória, o que é inviável na estreita via do *habeas corpus*.

3. Conforme o entendimento desta Corte Superior, no sentido de que o órgão julgador não está obrigado a impugnar, de forma específica, todos os argumentos levantados pela defesa, desde que pela motivação apresentada seja possível aferir as razões pelas quais acolheu ou rejeitou as pretensões deduzidas, não há que se falar em nulidade do acórdão pelo não enfrentamento dos temas apresentados em sede de contrarrazões defensivas.

4. Agravo regimental improvido (AgRg nos EDcl no HC 524.637/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 12/12/2019).

*HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. JURI. DECISÃO ABSOLUTÓRIA DOS JURADOS. APELAÇÃO INTERPOSTA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. ART. 593, III, 'D', DO*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*CPP. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. CASSAÇÃO DA SENTENÇA. POSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE CONTRARIEDADE AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA SOBERANIA DOS VEREDICTOS. ILEGALIDADE NÃO VERIFICADA. REVISÃO DO MATERIAL FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE NESTA VIA. ORDEM NÃO CONHECIDA.*

*I - O Excelso firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de habeas corpus substitutivo ante a previsão legal de cabimento de recurso próprio. Contudo, no caso de se verificar configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, recomenda a jurisprudência a concessão da ordem de ofício.*

*II - A anulação da decisão absolutória do Conselho de Sentença, manifestamente contrária à prova dos autos, pelo Tribunal de Justiça, por ocasião do exame do recurso de apelação interposto pelo Ministério Público (art. 593, III, 'd', do Código de Processo Penal), não viola a soberania dos veredictos.*

*III - Negar ao Ministério Público o direito ao recurso nas hipóteses de manifesto descompasso entre o veredicto popular e a prova dos autos implicaria violação à garantia do devido processo legal, que contempla, dentre outros elementos indispensáveis a sua configuração, o direito à igualdade entre as partes. (STF - HC 111207, Segunda Turma, Rel<sup>a</sup>. Ministra Cármen Lúcia, SJe 17/12/2012).*

*IV - Inviável, na esfera do habeas corpus, o reexame da matéria fático-probatória.*

*Ordem não conhecida (HC 323.409/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Rel. p/ Acórdão Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 08/03/2018).*

Ausente, portanto, qualquer constrangimento que justifique a concessão da ordem de ofício.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XVIII, alínea *a*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço da presente impetração.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator